

# Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de março de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>20</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>21</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>22</b>

---

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S/A, relativas a doze meses da safra 2023/2024 encerrada em 31 de março de 2024.

---

## Histórico

A Diana Bioenergia é uma usina de açúcar, etanol e energia, fundada em 1981 e teve sua primeira safra no ano de 1987, na safra 2023/24, completou 42 anos de existência e 37 safras. Tendo como propósito, fomentar a transição de energia a partir de recursos energéticos naturais, com compromisso inegociável com a segurança e o meio-ambiente.

A alta administração espera manter a companhia como referência no setor sucroenergético, através de um crescimento sólido dentro das melhores práticas de governança corporativa, inovando sempre e quebrando paradigmas, estabelecendo compromissos de longo prazo, construindo relacionamentos estratégicos pautados na confiança, considerando sempre, em primeiro lugar o ESG (Environmental, Social and Governance). Tendo como valores ética, transparência, comprometimento, confiança, competência, meritocracia e respeito à ESG.

No exercício findo em 31/03/2024, completamos 12 anos de publicação das demonstrações financeiras, sempre com uma das empresas "big four", nos baseando sempre em nossos valores supracitados, em especial ética e transparência.

Na safra 2023/24, fechamos com excelentes resultados, fechando com TCH de 109,24 contra 83,23 na safra 22/23, fechando com ATR de 137,50, resultando em um KG ATR / Hectare de 15.020,50, tais números excelentes nos proporcionaram o tricampeonato do prêmio de produtividade agrícola publicado pelo CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) em conjunto com o Grupo IDEA, como "Campeã de Produtividade Agrícola – Safra 2023/24 - na Região de Araçatuba" e para fechar a safra com chave de ouro, ficamos entre as 10 melhores usinas no ranking geral do Brasil, algo que nos orgulha ainda mais de todos os esforços que viemos realizando nesses últimos anos. Fechamos a safra com a moagem recorde de 1.833 MM de toneladas, produção recorde de açúcar de 135.783 tons. e 69.475 m<sup>3</sup> de etanol hidratado. Já os índices financeiros, alcançamos faturamento líquido de R\$ 424,5 MM, liquidez corrente de 1,51 e EBITDA ajustado de R\$ 195 MM.

---

## Destaques da safra **2023/2024**

		<b>Recorde - 1.833k tons. Cana-de-açúcar</b>	
• <b>Recorde de moagem</b>	<b>Recorde - 136k tons. Açúcar VHP</b>		<b>Recorde - 70k m<sup>3</sup> Etanol hidratado</b>
• <b>Recorde de produção de açúcar</b>			
• <b>Recorde de produção de etanol hidratado</b>		<b>Recorde – 15.021 TAH (ton. Açúcar por hectare)</b>	
• <b>Recorde do TAH (tonelada de açúcar por ha)</b>	<b>Lucro líquido (ajustado) R\$ 13.361</b>		<b>Liquidez Corrente 1,51</b>
		<b>Dívida líquida (ajustada) por EBTIDA (ajustado) 1,12</b>	

---

## Expectativas para a safra **2024/2025**

Dentro do nosso planejamento estratégico de 5 anos, considerando a melhora contínua das últimas safras, esperamos moer 1.951 MM de toneladas na safra 2024/25, com ATR acima de 138 kg, TCH acima de 90 e eficiência industrial acima de 89%, produzindo acima de 150.000 toneladas de açúcar VHP e acima de 69.000 mil m<sup>3</sup> de hidratado e acima de 80.000 mil CBIO's.

Iniciamos a safra 2024/2025 no dia 01/abril/2024 até o momento moemos 450 mil toneladas, importante salientar que durante o mês de maio batemos nosso recorde diário de moagem 9.078 ton., no acumulado da safra produzimos 28.000 toneladas de açúcar VHP e 17.000 m<sup>3</sup> de etanol hidratado. O TCH da cana própria realizado até o dia 29/maio/2023 está acima do estimado (91,80 planejado x 98,98 realizado), com esses números acreditamos que conseguiremos atingir o TCH estimado e atingir pelo menos 94 tons/ha e moer 1.952 mm de toneladas na safra 2024/25.

O ATR até o momento está acumulado em 121,73 kg/t, sendo assim acreditamos que iremos atingir a meta de 138,30 kg/t na safra.

### *Aviso Legal*

Destacamos que as informações de projeções e quaisquer colocações sobre desempenhos futuros, estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do esperado. Tais riscos incluem, entre outros, condições climáticas, mudanças nos fatores que afetam os preços de comercialização dos produtos e outros aspectos operacionais.

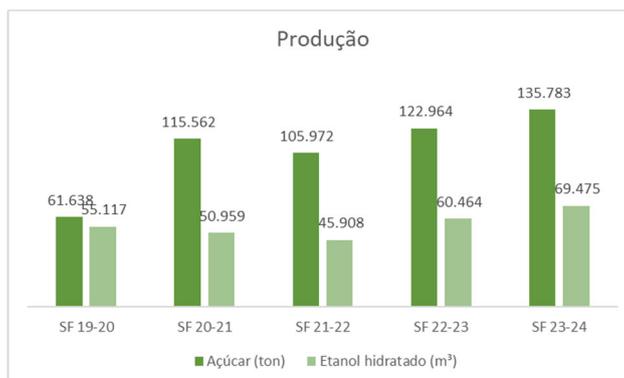
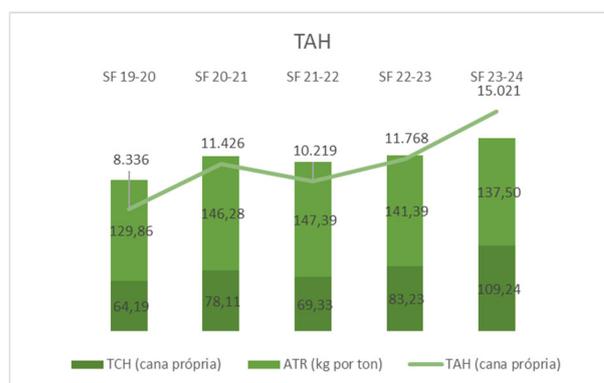
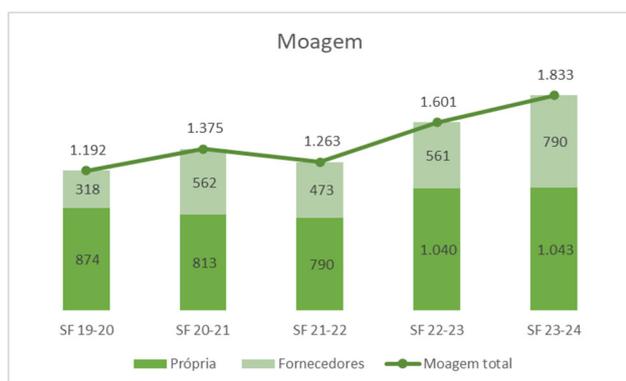
# Operacional

Seguindo a melhora contínua da companhia, fechamos com a nossa moagem recorde de 1.833 mil toneladas (15% maior que na safra 22/23), sendo 57% (1.043 mil toneladas) de cana-de-açúcar própria, sendo 31% deste canavial cultivadas em área do grupo Diana e 69% em área de parceria agrícola.

Vale ressaltar que bisamos 330 mil tons de cana própria, com objetivo de não deixamos de moer nenhuma cana de fornecedor, ou seja, cumprimos todos os contratos de compra de cana.

O TCH aumentou para 109,24 contra 83,23 na safra 22/23 (aumento de 31%). Já o ATR teve uma leve queda, saindo de 141,39 kg/ton na safra 22/23 para 137,50 kg/ton na safra 23/24. Considerando o TAH (tonelada de açúcar por hectare) saímos de 11.768 na safra 22/23 para 15.021 na safra 23/24, um considerável aumento de 28%.

Abaixo a evolução das últimas 5 safras:



## Desempenho Econômico Financeiro

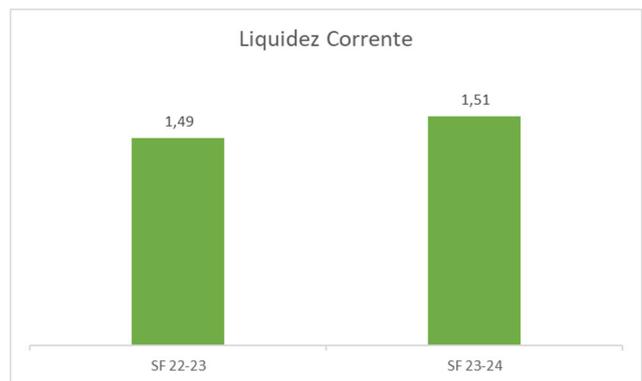
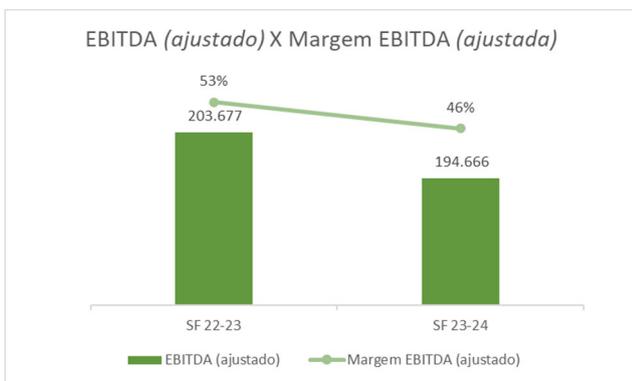
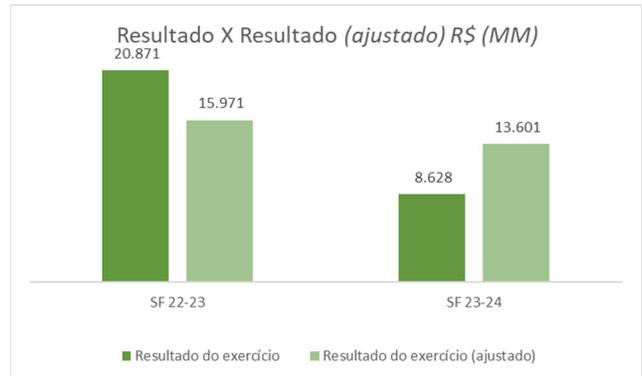
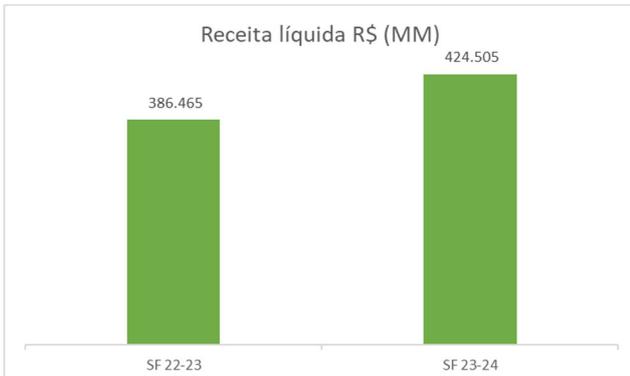
Na safra 2023/2024 a companhia apresentou lucro líquido (ajustado) de R\$ 13.601 contra R\$ 15.971 na safra 2022/2023. O EBITDA (ajustado) teve uma redução, saindo de R\$ 203 MM na safra 2022/2023 para R\$ 195 MM na safra 2023/2024.

Na para a safra 23/24 bisamos cana própria afim de cumprir 100% dos contratos com fornecedores, e tal cana será vendida na safra 24/25 por uma receita líquida esperada de R\$ 19.599 MM.

EBTIDA e EBITDA (ajustado):

Conciliação do EBITDA e EBITDA (ajustado)	SF 23-24	SF 22-23	Var. %
<b>Milhares de reais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>	<b>8.628</b>	<b>20.871</b>	<b>-59%</b>
Imposto de renda e contribuição social	579	8.467	-93%
Resultado financeiro	47.910	45.472	5%
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações	10.037	8.941	12%
Depreciação de Plantas Portadoras	21.248	21.489	-1%
Consumo Ativo Biológico	65.597	71.624	-8%
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	35.694	31.713	13%
<b>EBITDA contábil</b>	<b>189.693</b>	<b>208.577</b>	<b>-9%</b>
<b>Margem EBITDA contábil</b>	<b>45%</b>	<b>54%</b>	<b>-9,28 p.p.</b>
<b>Resultado do exercício (ajustado)</b>	<b>13.601</b>	<b>15.971</b>	<b>-15%</b>
Derivativos não realizados	(5.416)	(23.288)	-77%
Ajuste a valor justo do ativo biológico	(4.577)	15.153	-130%
Variação cambial (não caixa)	(2.071)	710	-392%
Cana Bis (vendida safra 24-25)	19.599		100%
Imposto de renda e contribuição social	(2.562)	2.524	-201%
<b>EBITDA (ajustado)</b>	<b>194.666</b>	<b>203.677</b>	<b>-4%</b>
<b>Margem EBITDA (ajustado)</b>	<b>46%</b>	<b>53%</b>	<b>-6,85 p.p.</b>

A companhia vem apresentando ligeira melhora nos resultados, fruto de um planejamento bem executado conforme demonstrado nos quadros evolutivos abaixo:

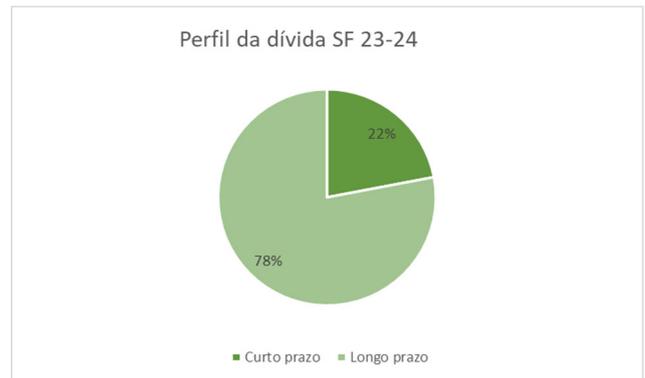
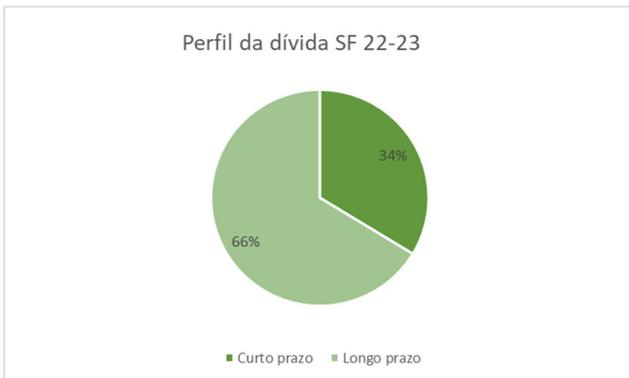
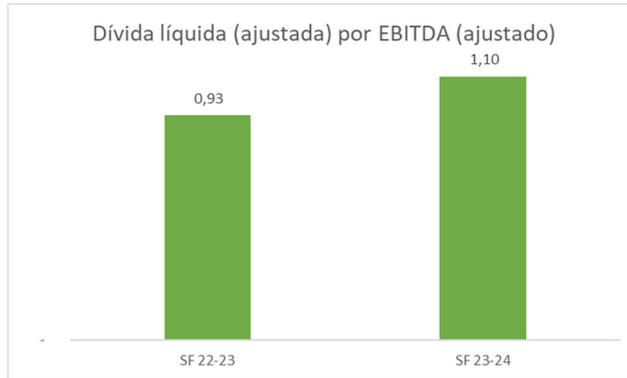


# Endividamento

A companhia vem buscando no seu plano plurianual reduzir o endividamento líquido, mas principalmente ajustar o perfil e as despesas da dívida demonstrado nos quadros evolutivos abaixo:

Endividamento	31/03/2024	31/03/2023	Var.(%)
<b>Milhares de reais</b>			
Cédula de Produto Rural - CPR	181.401	76.394	137%
Cédula de Crédito Exportação - CCE	28.180	56.938	-51%
Cédula de Crédito Rural - CCR	22.447	-	100%
Cédula de Crédito Bancário - CCB	55.856	52.257	7%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	14.687	21.131	-30%
FINAME	13.273	1.627	716%
BNDES - FGI	10.060	-	100%
Cédula Rural Pignoratícia - CRP	8.572	3.227	166%
Nota de crédito exportação - NCE	4.519	40.031	-89%
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	20.429	28.342	-28%
Debêntures	50.293	56.318	-11%
<b>Dívida bruta total</b>	<b>409.717</b>	<b>336.265</b>	<b>22%</b>
Disponibilidades	132.507	132.376	0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>277.210</b>	<b>203.889</b>	<b>36%</b>
Adiantamentos	(19.285)	(28.651)	-33%
Estoques	50.411	3.283	1435%
Saldo de Impostos à Recuperar	32.467	38.928	-17%
<b>Dívida líquida (ajustada)</b>	<b>213.617</b>	<b>190.329</b>	<b>12%</b>
Curto prazo	90.169	113.288	-20%
Longo prazo	319.548	222.977	43%

Índices financeiros	31/03/2024	31/03/2023	Var.(%)
Liquidez Corrente	1,51	1,49	1%
Dívida líquida por tonelada de cana	151,21	127,34	19%
Dívida líquida (ajustada) por tonelada de cana	116,52	118,87	-2%
Dívida líquida por EBITDA	1,46	0,98	49%
Dívida líquida (ajustada) por EBITDA (ajustado)	1,10	0,93	17%
Dívida líquida por Receita líquida	0,65	0,53	24%
Dívida líquida (ajustada) por Receita líquida	0,50	0,49	2%



---

# Mensagem da Presidência

Caros(as) e Prezados(as) colaboradores(as), amigos(as), parceiros(as), fornecedores(as), terceiros(as) e demais companheiros(as) de luta.

Mais um ano se passou, mais uma safra se concretizou e nossa Diana completou 43 anos de existência, firme e forte!

É com grande satisfação que anunciamos que, pela terceira safra consecutiva, a Diana Bioenergia bateu recordes históricos de moagem de cana e produção de Açúcar e Etanol, atingindo uma moagem de 1.833.000 toneladas na safra 23/24, com uma produção de 135.000 toneladas de Açúcar VHP e de 69.000.000 litros de Etanol Hidratado.

Pelo terceiro ano consecutivo, conquistamos o prêmio CTC/IDEA como a Usina Campeã de Produtividade Agrícola da região de Araçatuba e, também recebemos o PRÊMIO como uma das melhores lavouras (Top Ten) do Brasil, alcançando a oitava colocação.

Além disso, pelo quinto ano consecutivo, alcançamos lucro líquido na última linha do balanço auditado (12º ano consecutivo por empresa de auditoria *big four*). Mantivemos, pelo segundo ano consecutivo, o índice de liquidez acima de 1,50 e a relação dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado em 1,07, muito próximo de nossa meta de 1,0.

Estamos empenhados em continuar melhorando nossos indicadores ESG e, pelo segundo ano consecutivo, apresentaremos nossos principais índices.

Contratamos consultoria especializada para realização de Diagnóstico e a Implementação de um NOVO Modelo de Gestão com um Conselho de Administração realmente deliberativo, dividindo e diluindo as responsabilidades com uma transparência maior e regras mais claras, teremos também a criação de Comitês Executivos e Táticos, afim de conseguirmos um maior alinhamento entre nós gestores, uma maior sinergia entre as áreas, maior transparência, maior gestão e controle dos resultados, maior eficiência na geração de valor e ganho de produtividade, enfim sempre no caminho de continuar melhorando a Cia todos os dias.

Nossa meta continua sendo alcançar um endividamento líquido inferior a R\$ 75,00/ton. e uma moagem de 2,5 milhões de toneladas. Nos primeiros meses dessa safra 2024/25 (abril e maio) já moamos acima de 460 mil toneladas de cana, produzimos quase 30 mil toneladas de Açúcar VHP e quase 30 mil m<sup>3</sup> de Etanol Hidratado, além de exportarmos quase 700 mil KW de energia e vendermos quase 2 mil ton. de Fermento, outra importante conquista alcançada no último dia 09/05/24 batemos o recorde histórico de moagem diária com 9.098 toneladas. Zero Acidentes no mês de maio na Oficina Automotiva. Performance incrível, vários recordes absolutos na história da Diana Bioenergia Avanhandava S/A e, seguindo o objetivo de moermos 2,0 milhões de ton. de cana nessa Safra 2024/25!!

Outro fato importante que merece ser ressaltado é a responsabilidade social e ambiental da Família DIANA que em um gesto de SOLIDARIEDADE às comunidades do Rio Grande do Sul criou a campanha interna com seus colaboradores S.O.S / R.S na qual mobilizou recursos, pessoas e enviou ao Rio Grande do Sul quase 13 mil Kg composto de 1.800 cestas básicas, água, leite, mantimentos, rações para animais, e produtos de higiene pessoal. Com essa atitude a Família DIANA mostra o poder da união e da compaixão em momentos difíceis e que juntos podemos fazer a diferença !!

Agradeço imensamente à Família Diana pelo empenho, carinho, foco e dedicação com que todos cuidam de nossa provedora. Peço a todos muita atenção e cuidado em seus serviços e com seus colegas para que tenhamos uma safra com "Acidentes ZERO" ou, no mínimo, sem acidentes graves.

Sinto muito orgulho de pertencer à Família Diana, é uma honra e uma grande felicidade para mim.

Obrigado a todos vocês!

Que o Senhor nosso Deus continue nos abençoando, guiando e protegendo com sua mão generosa.

Grande abraço de seu amigo e companheiro de todas as horas,

Ricardo M. Junqueira



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos

### **Administradores e Acionistas da Diana Bioenergia Avanhandava S.A.**

*Avanhandava – SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do valor justo do ativo biológico

Veja as Notas 4.b, 7.h e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico referente a cana-de-açúcar em formação com base no seu valor justo, calculado utilizando o método do fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para a cana-de-açúcar em formação.</p> <p>Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) aos preços futuros estimados do ATR, (iv) aos custos necessários para os tratos culturais futuros, (v) o custo do aluguel da terra; (vi) aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e (vii) a taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido na determinação de premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a mensuração do valor justo do ativo biológico, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;</li><li>– A avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo a produtividade estimada dos canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, os preços futuros estimados do ATR, os custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e os custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;</li><li>– se o cálculo foi elaborado pela administração da Companhia de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas para mensuração do valor justo do ativo biológico;</li><li>– se as premissas utilizadas no cálculo preparados pela administração da Companhia são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado;</li><li>– Recálculo matemático do valor presente determinado com base no fluxo de caixa projetado e descontado; e</li><li>– Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024.</p>

## Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 7.f 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.</p> <p>Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia que envolve certas premissas tais como: (i) volume e preços para projetar a receita e a margem EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização); (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA).</p> <p>Consideramos este assunto como um principal assunto de auditoria devido à relevância do imposto de renda diferido ativo e às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o lucro tributável futuro, que possui um risco significativo de resultar em um ajuste material no valor contábil da referida rubrica ao longo do próximo exercício social.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais, incluindo as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.</li><li>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</li><li>– Com base no resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor dos ativos fiscais diferidos assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024.</li></ul>

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 04 de Junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo

Contador CRC 1SP249851/O-8

## Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	132.507	131.924	Fornecedores	20	53.144	37.465
Contas a receber de clientes	9	1.246	211	Passivo de arrendamento	21	16.172	14.191
Conta corrente - Cooperativa	10	1.050	-	Empréstimos e financiamentos	22	89.876	94.470
Estoques	11	76.695	49.523	Debêntures a pagar	23	293	18.818
Ativos biológicos	12	94.378	79.371	Dividendos mínimos obrigatórios	27	2.341	806
Adiantamentos a fornecedores	13	21.114	18.273	Impostos e contribuições a recolher	24	11.170	7.102
Impostos a recuperar	16	4.680	15.124	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	6	8
Ativo fiscal corrente		-	563	Salários e férias a pagar		10.388	8.404
Instrumentos financeiros derivativos	35	15.464	8.282	Adiantamentos de clientes	26	43.096	13.369
Outros ativos		2.384	5.559	Mútuo com partes relacionadas	14	-	4.259
				Instrumentos financeiros derivativos	35	1.217	8.218
				Outras contas a pagar	15	3.599	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>349.518</b>	<b>308.830</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>231.302</b>	<b>207.110</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Adiantamentos de clientes	26	-	35.000
Depósitos judiciais e outros		895	1.539	Passivo de arrendamento	21	80.173	72.972
Impostos a recuperar	16	2.053	1.334	Empréstimos e financiamentos	22	269.548	185.477
Instrumentos financeiros derivativos	35	1.241	7.339	Debêntures a pagar	23	50.000	37.500
Aplicações financeiras		-	452	Impostos e contribuições a recolher	24	6.603	7.621
Outros ativos		1.034	-	Tributos diferidos	17	7.201	9.417
				Instrumentos financeiros derivativos	35	4.590	1.920
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>5.223</b>	<b>10.664</b>	Provisão para contingências	25	1.980	1.863
				Mútuo com partes relacionadas	14	5.922	-
Investimentos	15	15.229	-	Outras contas a pagar	15	8.121	-
Imobilizado	18	315.759	258.937	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>434.138</b>	<b>351.770</b>
Direito de uso	19	90.946	85.247	<b>Patrimônio líquido</b>	27		
				Capital social		59.987	59.987
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>427.157</b>	<b>354.848</b>	Reserva legal		776	283
				Ajuste de avaliação patrimonial		41.030	42.110
				Reserva de lucros		9.442	2.418
<b>Total do ativo</b>		<b>776.675</b>	<b>663.678</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>111.235</b>	<b>104.798</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>665.440</b>	<b>558.880</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>776.675</b>	<b>663.678</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	28	424.505	386.465
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	22.765	22.008
Custos dos produtos vendidos	29	<u>(350.221)</u>	<u>(307.710)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>97.049</u></b>	<b><u>100.763</u></b>
Despesas de vendas	30	(28.419)	(33.190)
Despesas administrativas e gerais	30	(20.460)	(17.039)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	<u>6.861</u>	<u>24.276</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>55.031</u></b>	<b><u>74.810</u></b>
Receitas financeiras	32	36.500	37.761
Despesas financeiras	33	(88.500)	(84.336)
Variação cambial líquida	34	<u>4.090</u>	<u>1.103</u>
<b>Despesas financeiras e variação cambial líquidas</b>		<b><u>(47.910)</u></b>	<b><u>(45.472)</u></b>
Resultado de equivalência patrimonial	15	<u>2.086</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b><u>9.207</u></b>	<b><u>29.338</u></b>
<b>contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.795)	(1.016)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>2.216</u>	<u>(7.451)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<b><u>8.628</u></b>	<b><u>20.871</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
<b>Resultado do exercício</b>	<u>8.628</u>	<u>20.871</u>
Outros resultados abrangentes		
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligada	<u>150</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>8.778</u></u>	<u><u>20.871</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>	<b>Nota</b>	<b>59.987</b>	<b>113</b>	<b>43.198</b>	<b>-</b>	<b>(18.566)</b>	<b>84.732</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	27.e	-	-	(1.088)	-	1.088	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	20.871	20.871
Constituição de reserva legal	27.c	-	170	-	-	(170)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	27.f	-	-	-	-	(806)	(806)
Reserva de lucros	27.d	-	-	-	2.418	(2.418)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>		<b>59.987</b>	<b>283</b>	<b>42.110</b>	<b>2.418</b>	<b>-</b>	<b>104.798</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	27.e	-	-	(1.230)	-	1.230	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	8.628	8.628
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligada	15	-	-	150	-	-	150
Constituição de reserva legal	27.c	-	493	-	-	(493)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	27.f	-	-	-	-	(2.341)	(2.341)
Reserva de lucros	27.d	-	-	-	7.024	(7.024)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>		<b>59.987</b>	<b>776</b>	<b>41.030</b>	<b>9.442</b>	<b>-</b>	<b>111.235</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Diana Bioenergia Avanhandava S/A

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício		8.628	20.871
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação:			
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	18	10.037	8.942
Depreciação de Plantas Portadoras	18	21.248	21.489
Consumo Ativo Biológico	12	65.597	71.624
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)		35.694	31.713
Amortização do direito de uso	19	17.737	17.617
Provisão para perdas de crédito esperadas	9	-	50
Resultado na alienação de imobilizado		7.766	692
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	(22.765)	(22.008)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(2.216)	7.451
Instrumentos financeiros derivativos		(5.415)	(23.287)
Juros e variações cambiais		45.902	44.194
Juros sobre passivo de arrendamento		12.461	10.132
Baixa direito de uso e passivo de arrendamento		67	325
Reversão de provisão para contingências		117	314
Resultado de equivalência patrimonial	15	(2.086)	-
Juros provisionados	15	351	-
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(1.035)	(190)
Contas correntes - Cooperativa		(1.050)	-
Estoques		(62.866)	(42.434)
Adiantamentos a fornecedores		(2.841)	(937)
Impostos a recuperar		10.288	(12.280)
Aplicações financeiras		452	2.909
Outros créditos		2.141	2.891
Depósitos judiciais e outros		644	(534)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		15.679	(1.589)
Impostos e contribuições a recolher e outros		3.050	(683)
Salários e férias a pagar		1.990	3.680
Adiantamentos de clientes		(5.273)	47.987
Mútuo partes relacionadas		1.663	(7.395)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	21	(12.200)	(10.151)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	22	(35.958)	(29.487)
Juros pagos sobre debêntures	23	(7.650)	(15.575)
<b>Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>100.157</b>	<b>126.331</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Ativo biológico - tratos culturais	12	(57.840)	(57.363)
Aquisição de investimentos	15	(1.624)	-
Aquisição do imobilizado	18	(95.872)	(48.154)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(155.336)</b>	<b>(105.517)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de passivo de arrendamento	21	(14.582)	(14.801)
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios		(806)	-
Empréstimos e financiamentos tomados		225.701	240.820
Debêntures tomados	23	50.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	22	(148.301)	(124.729)
Debêntures pagos	23	(56.250)	(18.750)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>55.762</b>	<b>82.540</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>583</b>	<b>103.354</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		131.924	28.570
No fim do exercício		132.507	131.924
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>583</b>	<b>103.354</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de álcool, açúcar, subproduto e de produtos agropecuários, a exploração agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana de açúcar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administração de bens próprios e a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

Em 01 de abril de 2023 passou a ser cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, para a qual transfere toda a produção de etanol para comercialização, de acordo com o Contrato de Safra entre as partes.

A partir de 01 de abril de 2025, passará a ser integralmente cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, no qual transferirá a totalidade de sua produção de açúcar VHP, complementando o Contrato de safra.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 59.053 Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorreram pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

No exercício findo 31 de março de 2024, 57% da cana-de-açúcar foi de produção própria (65% em 31 de março de 2023), desse total sendo 8% da cana-de-açúcar produzida em áreas próprias (18% em 31 de março de 2023), 10% em área de acionista (14% em 31 de março de 2023) e 82% em áreas de parceria agrícola (68% em 31 de março de 2023), sendo que seu *mix* industrial foi de 58% para a produção de açúcar (58% em 31 de março de 2023) e 42% à produção de etanol (42% em 31 de março de 2023).

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

### **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

#### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis matérias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 04 de junho de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** – mensuração do valor justo do ativo biológico;
- **Nota explicativa nº 17** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas nº 7.o, 19 e 21** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa nº 35** - Instrumentos financeiros.

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.g** - Vida útil de ativo imobilizado;

- **Nota explicativa nº 12** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 17** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Notas explicativas 7.0, 19 e 21:** Taxa de desconto para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento registrado na conta de direito de uso e passivo de arrendamento; e
- **Nota explicativa nº 25** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

**c. Mensuração a valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

## **6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024).

As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia possui empréstimos que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de março de 2024, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

- (b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31 de março de 2024.

- (c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

## **7 Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas.

**a. Mudanças nas principais políticas contábeis**

*Operações com a Cooperativa*

A Companhia é associada à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa, os quais se tomam patrimônio comum e indivisível dos Cooperados. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado conforme estabelecido no estatuto da Cooperativa. A Cooperativa também promove a orientação das atividades operacionais e econômicas da Companhia, facilitando, inclusive, a utilização recíproca de serviços no âmbito administrativo, tecnológico, financeiro e jurídico, que são disponibilizados a todos os cooperados.

Deve-se considerar as principais operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo:

- (a) As contas a receber da Cooperativa decorrem das vendas de etanol disponibilizados para a cooperativa e são avaliadas pelo montante original das operações deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a cooperativa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.
- (b) As receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração, efetuadas pela Cooperativa, são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº. 66, de 5 de setembro de 1986.
- (c) O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na nota explicativa 15.

*Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação*

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, a Companhia aplica as alterações

às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma.

#### *Imposto mínimo complementar global*

A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia operou e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### *Informação de políticas contábeis materiais*

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Empresas a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota explicativa Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

## **b. Receita operacional**

### *Venda de bens*

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Durante o processo de transição as receitas de vendas do etanol auferidas pela Companhia ao resultado do exercício não foram baseadas no dispositivo Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986. Já as vendas de Cbios e as despesas comerciais referente as vendas foram reconhecida por meio de rateio, definido de acordo com Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, uma vez que a atividades comerciais foram realizadas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

## **c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Imobiliários.

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. Durante o exercício a Companhia avaliou seus efeitos e foram imateriais.

#### **d. Moeda estrangeira**

##### ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

#### **e. Benefícios a empregados**

##### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**g. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos de manutenção**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	<u>2024 - % ao ano</u>	<u>2023 - % ao ano</u>
Edificações	0,06%	0,06%
Máquinas equipamentos e acessórios	5,67%	5,72%
Veículos	8,52%	8,43%
Máquinas e implementos agrícolas	9,68%	9,53%
Móveis e utensílios	7,53%	7,90%
Benfeitorias	2,09%	2,03%
Computadores e periféricos	29,75%	28,24%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**h. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**i. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

**j. Investimentos**

O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

**k. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

*Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) *Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Os contratos de operação a termo de açúcar, são contabilizados a valor justo refletindo a realidade da Companhia em relação aos instrumentos utilizados para a precificação do produto. Tal registro não apresenta riscos para a Companhia, pois, apenas refletem a real precificação de sua produção de açúcar. O preço de exercício dessas operações estão bem acima do custo de produção da Companhia, o que apenas mitiga os riscos da Companhia para eventuais oscilações de preço.

**(vi) *Capital social***

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, após deliberação dos acionistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

## **I. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### **(i) *Ativos financeiros não derivativos***

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa*

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

*Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

*Apresentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**m. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**n. Provisão para ajuste do preço de cana**

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

**o. Arrendamentos**

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que

compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em em rubricas específicas no balanço patrimonial.

*Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	25.406	6.166
Aplicações financeiras	<u>107.102</u>	<u>125.758</u>
Saldo no final do exercício	<u><b>132.507</b></u>	<u><b>131.924</b></u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 98% a 110% (75% a 100% em 31 de março de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 35.

## 9 Contas a receber clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes - Terceiros	1.662	627
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>
Saldo no final do exercício	<u><b>1.246</b></u>	<u><b>211</b></u>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- (i) A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo no início do exercício	416	366
(+) Adições	-	50
Saldo no final do exercício	<b>416</b>	<b>416</b>

Os recebimentos médios de clientes estão concentrados em recebimentos à vista ou antecipados.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Créditos a vencer	578	-
Créditos em atraso até 30 dias	-	24
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	574	87
Créditos em atraso mais que 180 dias	510	516
Saldo no final do exercício	<b>1.662</b>	<b>627</b>

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos e a vencer sob a análise do gestor responsável. A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia tem como política da Companhia o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

A Companhia em 31 de março de 2024 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros.

## 10 Conta corrente – Cooperativa

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Conta corrente - Cooperativa	1.050	-

Correspondem às operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 05 de setembro de 1986.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução do valor recuperável relacionadas às contas correntes-Cooperativa, são divulgadas na nota explicativa nº 35 – Instrumentos financeiros.

## 11 Estoques

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Produtos acabados:		
Açúcar (i)	6.080	1.036
Etanol (ii)	9.962	317
Cbios	952	-
Almoxarifado	19.274	17.370
Gastos Entressafra (iii)	40.428	30.800
Saldo no final do exercício	<b>76.695</b>	<b>49.523</b>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização. Os produtos acabados de etanol estão à disposição da Cooperativa para comercialização.

- (i) Os estoques de açúcar não entrou em vigor com a cooperativa nessa Safra. A previsão é que se inicie em 01 de abril de 2025.
- (ii) Apesar da entrada em 01 de abril de 2023 para a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e da Copersucar S.A., dentro do exercício passou por transição sendo o modelo de funcionamento instaurado em sua plenitude somente em 01 de abril de 2024. Sendo de que desta forma havia estoques de etanol em nosso poder.
- (iii) Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

## 12 Ativos biológicos

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de março de 2024 a Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 14.164 hectares de terras cultiváveis, sendo 13% em terras próprias, e 87% em áreas de parcerias agrícolas, com seus acionistas e terceiros. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas e as “plantas produtoras” são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do exercício	79.371	71.624
Aumento devido tratamentos culturais	57.840	57.363
Diminuição devido a colheita	(65.597)	(71.624)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>22.765</u>	<u>22.008</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>94.378</u></u>	<u><u>79.371</u></u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

### **Lavouras de cana-de-açúcar**

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safra).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e

de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e

- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Área estimada de colheita (hectares)	14.169	12.091
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	101,45	93,51
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138,3	141,32
Valor do Kg de ATR	1,20	1,15

A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,71% em 31 de março de 2024 (8,61% em 31 de março de 2023).

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

### **Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

### **Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de

colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

### **Riscos climáticos e outros**

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 8.959. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 8.331.

## **13 Adiantamentos a fornecedores**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros (i)	15.177	15.340
Adiantamentos de materiais	<u>5.937</u>	<u>2.933</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>21.114</u></u>	<u><u>18.273</u></u>

- (i) Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pela Companhia a fornecedores para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2024/2025.

## **14 Partes relacionadas**

### **a. Controlador final**

O controlador final da Companhia é Renata Sodré Viana E. Junqueira.

### **b. Remuneração da alta administração**

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga aos Diretores no exercício foi de R\$ 899 (R\$2.940 em 31 de março de 2023). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

**c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		2024		2023	
		Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
<b>Passivo circulante</b>					
Mútuo com parte relacionada (i)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	-	-	(4.259)	-
		-	-	(4.259)	-
<b>Passivo não circulante</b>					
Mútuo com parte relacionada (i)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	(5.922)	-	-	-
		(5.922)	-	-	-
<b>Operações</b>					
Compra de cana de açúcar (ii)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	-	(4.501)	-	(3.839)
Avanhandava Agropecuária Ltda.		-	(547)	-	(1.254)
		-	(5.048)	-	(5.093)

(i) Mútuo com parte relacionada  
Refere-se a empréstimo de valores da acionista Renata Sodré Viana Egreja Junqueira para o suprimento de caixa da Companhia com de juros de 100% CDI a.a. e vencimento final em março de 2026.

(ii) Compra de cana de açúcar  
O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

## 15 Investimentos

	2024	2023
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial (a)	15.229	-

**(a) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da coligada avaliada através de equivalência patrimonial:

	Percentual de	Ativos	Ativos não	Total de	Passivos	Passivos não	Total de	Patrimônio				Equivalência
31 de março de 2024	participação	circulantes	circulantes	ativos	circulantes	circulantes	passivos	líquido	Receitas	Despesas	Lucro	patrimonial
Copersucar S.A.	0,74%	<u>6.555.337</u>	<u>4.965.381</u>	<u>11.520.718</u>	<u>5.269.691</u>	<u>4.202.093</u>	<u>9.471.784</u>	<u>2.048.934</u>	<u>19.320.645</u>	<u>(19.040.012)</u>	<u>280.633</u>	<u>2.086</u>
												<u>2.086</u>

	<u>Copersucar S.A.</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<u>-</u>
Aporte de capital a ser integralizado	12.993
Resultado de equivalência patrimonial	2.086
Ajuste de avaliação patrimonial - Coligada	<u>150</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<u>15.229</u>

***Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.***

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização e que inclui a Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Atualmente, membros da Administração da Diana Bioenergia Avanhandava S.A, através do direito de voto em bloco, representam a Diana Bioenergia Avanhandava S.A nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Diana Bioenergia Avanhandava S.A exerce influência significativa em sua administração.

A integralização das Ações será realizada em 8 parcelas semestrais, com valores de principal iguais e consecutivos, sendo a primeira com vencimento em 15 dia(s) da data de assinatura do boletim de subscrição e assim sucessivamente. A partir da data de vencimento da subscrição da primeira parcela das Ações, cada parcela de integralização será acrescida de 61,35% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), calculados conforme adoção do Sistema de Amortização Constante (Sistema SAC).

<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<u>-</u>
Aquisição no exercício	12.993
Pagamentos realizados no exercício	(1.624)
Juros apropriados	<u>351</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<u>11.720</u>
Passivo Circulante	3.599
Passivo Não circulante	8.121

## 16 Impostos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
ICMS (i)	2.265	6.206
COFINS (i)	2.142	4.727
ICMS s/ ativo imobilizado (ii)	1.878	1.433
IRRF	412	1.353
PIS	34	1.298
IRPJ saldo negativo	1	690
CSLL saldo negativo	1	296
IPI	-	251
Reintegra	-	205
Saldo no final do exercício	<u><b>6.733</b></u>	<u><b>16.458</b></u>
Ativo circulante	4.680	15.124
Ativo não circulante	2.053	1.334

(i) Crédito de PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS. Estes créditos estão sendo compensados com outros tributos federais.

(ii) ICMS a recuperar

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

## 17 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

### Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

	2024		2023	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
<b>Ativo circulante</b>				
IRPJ e CSLL a compensar	-	-	563	-
<b>Passivo circulante</b>				
IRPJ e CSLL a pagar	(6)	-	(8)	-
<b>Tributos diferidos ativos constituídos sobre:</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	1.970	(1.477)	3.447	(5.511)
Provisão para perdas de crédito esperadas	141	-	141	17
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	32.469	3.879	28.590	(2.586)
Arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))	5.922	3.566	2.356	(1.978)
Provisão para contingências	673	40	633	107
	<b>41.175</b>	<b>6.008</b>	<b>35.167</b>	<b>(9.951)</b>
<b>Tributos diferidos passivos constituídos sobre:</b>				
Valor justo ativo biológico	(9.175)	(1.691)	(7.484)	5.151
Instrumentos financeiros derivativos	(5.676)	365	(5.311)	(2.408)
Ajuste a valor presente fornecedores diversos	-	-	-	281
Custo de transação	(2.195)	(876)	(1.319)	(266)
Exclusão ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	-	-
Imobilizado - Custo atribuído	(21.060)	642	(21.702)	530
Imobilizado - Depreciação Econômica	(10.269)	(1.502)	(8.767)	(788)
	<b>(48.376)</b>	<b>(3.792)</b>	<b>(44.583)</b>	<b>2.500</b>
Tributos diferidos líquidos	<b>(7.201)</b>	<b>2.216</b>	<b>(9.417)</b>	<b>(7.451)</b>

### **Reconciliação das despesas de IRPJ e da CSLL**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.207	29.338
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(3.130)	(9.975)
Efeito da exclusão da equivalência patrimonial	709	-
Exclusões (adições) permanentes	<u>1.842</u>	<u>1.508</u>
	<u>(579)</u>	<u>(8.467)</u>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(2.795)	(1.016)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	<u>2.216</u>	<u>(7.451)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	<u>(579)</u>	<u>8.467</u>
Alíquota efetiva	<u>6%</u>	<u>29%</u>

### **Realização dos ativos fiscais diferidos**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

## 18 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Adiantamento a fornecedores	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
<b>Em 01 de abril de 2022</b>	52.208	57.484	27.442	5.244	806	5.231	852	724	54	91.860	241.904
Adições	-	1.928	870	14	-	14.426	166	130	-	30.621	48.154
Baixas	-	(36)	(206)	(449)	-	-	-	-	(54)	-	(692)
Depreciação	(141)	(4.498)	(3.410)	(596)	(46)	-	(177)	(74)	-	(21.489)	(30.430)
Transferência	-	8.022	478	-	2.261	(10.977)	54	161	-	-	-
<b>Em 31 de março de 2023</b>	52.066	62.901	25.175	4.214	3.021	8.680	895	941	54	100.992	258.937
Adições	-	1.456	20.898	2.233	-	22.621	379	340	-	47.947	95.872
Baixas	-	(7)	(7.470)	(157)	-	(120)	(12)	(2)	-	-	(7.766)
Depreciação	(141)	(4.727)	(4.088)	(654)	(96)	-	(235)	(92)	-	(21.246)	(31.280)
Reclassificação	(270)	(305)	675	(525)	324	-	95	5	-	-	-
Transferência	-	2.375	-	0	-	(2.453)	77	1	-	-	-
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>51.654</b>	<b>61.696</b>	<b>35.187</b>	<b>5.113</b>	<b>3.249</b>	<b>28.728</b>	<b>1.198</b>	<b>1.192</b>	<b>54</b>	<b>127.693</b>	<b>315.759</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>											
Custo total	54.789	127.078	44.815	11.607	3.487	8.680	1.738	1.513	54	183.051	436.812
Depreciação acumulada	(2.723)	(64.177)	(19.640)	(7.393)	(466)	-	(843)	(573)	-	(82.060)	(177.875)
<b>Valor residual líquido</b>	<b>52.066</b>	<b>62.901</b>	<b>25.175</b>	<b>4.214</b>	<b>3.021</b>	<b>8.680</b>	<b>895</b>	<b>940</b>	<b>54</b>	<b>100.991</b>	<b>258.937</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>											
Custo total	54.442	130.601	58.166	12.996	3.887	28.728	2.274	1.861	54	230.593	523.602
Depreciação acumulada	(2.788)	(68.907)	(22.979)	(7.883)	(638)	-	(1.075)	(669)	-	(102.901)	(207.843)
<b>Valor residual líquido</b>	<b>51.654</b>	<b>61.694</b>	<b>35.186</b>	<b>5.113</b>	<b>3.249</b>	<b>28.728</b>	<b>1.199</b>	<b>1.192</b>	<b>54</b>	<b>127.690</b>	<b>315.759</b>

### a. Garantia

Em 31 de março de 2024 o montante de R\$ 45.330 (R\$ 98.652 em 31 de março de 2023) referente ao ativo imobilizado da Companhia que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Finame e capital de giro junto às instituições financeiras.

### b. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 19 Direito de uso

	<u>Terras</u>	<u>Total</u>
<b>Custo ou avaliação:</b>		
<b>Em 1º de abril de 2022</b>	<b>132.919</b>	132.919
Adições de novos contratos	23.299	23.299
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	1.468	1.468
Baixa	(6.464)	(6.464)
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>151.322</b>	151.322
Adições de novos contratos	22.402	22.402
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	3.341	3.341
Baixa	(17.860)	(17.860)
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>159.205</b>	159.205
<b>Amortização acumulada:</b>		
<b>Em 1º de abril de 2022</b>	<b>(52.122)</b>	(52.122)
Adições - com impacto no resultado	(17.617)	(17.617)
Baixa	3.665	3.665
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>(66.074)</b>	(66.074)
Adições - com impacto no resultado	(17.737)	(17.737)
Baixa	15.552	15.552
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>(68.259)</b>	(68.259)
<b>Taxa média de amortização</b>	41,5%	41,5%
<b>Valor residual líquido:</b>		
Em 31 de março de 2023	85.247	85.247
Em 31 de março de 2024	90.946	90.946

## 20 Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores diversos	50.306	36.162
Fornecedores de cana	2.838	1.303
Saldo no final do exercício	<b>53.144</b>	<b>37.465</b>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 35 – Instrumentos financeiros.

## 21 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício é como segue:

<b>Em 31 de março de 2022</b>	<b><u>79.589</u></b>
Adições de novos contratos	23.399
Pagamentos principal	(14.801)
Pagamentos juros	(10.151)
Juros sobre passivo de arrendamento	10.132
Remensuração de contratos	1.468
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(2.473)
<b>Em 1º de abril de 2023</b>	<b><u>87.163</u></b>
Adições de novos contratos	22.402
Pagamento principal	(14.582)
Pagamento juros	(12.200)
Juros sobre passivo de arrendamento	11.465
Remensuração de contratos	4.337
Baixa	(2.240)
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b><u><u>96.345</u></u></b>
Circulante	16.172
Não circulante	80.173

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2024:

	<b><u>Valor nominal</u></b> <b><u>a pagar</u></b>	<b><u>Valor presente</u></b> <b><u>a pagar</u></b>
1 a 12 meses	26.846	16.172
13 a 24 meses	28.207	17.095
25 a 36 meses	24.057	15.827
37 a 48 meses	18.646	12.187
49 a 60 meses	15.670	11.193
A partir de 60 meses	28.406	23.871
<b>Total</b>	<b><u><u>141.832</u></u></b>	<b><u><u>96.345</u></u></b>

A taxa de juros média ponderada utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2024 é de 12,74% (12,65% em 31 de março de 2023).

## 22 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. Na nota explicativa nº 35 – Instrumentos financeiros divulgamos as informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Moeda nacional:</b>		
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 12,85% a 13,75% a.a	181.401	76.394
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 12,95% a 14,31% a.a	28.180	56.938
Cédula de Crédito Rural - CCR - 8,5% a.a	22.447	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 11,85% a 15,50% a.a	19.700	27.900
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA - 100% CDI + 4,% a.a	14.687	21.131
FINAME - Juros pré-fixados de 12,5% a.a e variação da TJLP	13.273	1.627
Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDS - 100% CDI + 9,9% a 15,30% a.a	10.060	-
Cédula Rural Pignoratícia - CRP - CDI + 12,85% a 13,75% a.a	8.572	3.227
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 14,31% a 16,06% a.a	4.519	40.031
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 12,85% a 13,75% a.a	181.401	76.394
	<u><b>302.839</b></u>	<u><b>227.247</b></u>
<b>Moeda estrangeira:</b>		
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a.	36.156	24.358
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	20.429	28.342
	<u><b>56.585</b></u>	<u><b>52.700</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>359.424</b></u>	<u><b>279.947</b></u>
Passivo circulante	89.876	94.470
Passivo não circulante	269.548	185.477

### a. Vencimento da dívida

Em 31 de março de 2024 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2024	-	103.349
2025	106.948	63.452
2026	80.181	13.399
2027	45.047	5.276
2028	32.655	-
2029	4.717	-
<b>Total</b>	<u><b>269.548</b></u>	<u><b>185.477</b></u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

### b. Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

**c. Fornecimento de garantias, avais ou fianças**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores e hipoteca de terras.

<b>Modalidade de captação</b>	<b>Garantias</b>
Finames	Alienação fiduciária dos bens financiados
CPR – Cédula de Produtor Rural	Alienação fiduciária de imóveis
	Aval, alienação fiduciária dos bens financiados, hipoteca de imóveis, penhor mercantil, penhor rural (terras) e recebíveis.
CCB – Cédula de Crédito Bancários	
NCE/CCE - Nota de Crédito de Exportação	Aval, enfor mercantil e alienação fiduciária de imóveis
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Aval de Nota promissória e Contratos de exportações.
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.
BNDS FGI	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.
CRA – Certificado de recebimentos de Agronegocios	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.
CCR – Cedula de Crédito Rural	Alienação fiduciária de imóveis e contratos de exportação.

O total da dívida pode ser assim sumarizado:

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total da dívida</b>
<b>Dívida em 31 de março de 2022</b>	<b>55.595</b>	<b>105.091</b>	<b>160.686</b>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(154.216)	240.820	86.604
Captações	-	240.820	240.820
Amortização do principal	(124.729)	-	(124.729)
Juros pagos	(29.487)	-	(29.487)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	193.091	(160.434)	32.657
Variações monetarias/Juros	32.657	-	32.657
Transferência para o circulante	160.434	(160.434)	-
<b>Dívida em 31 de março de 2023</b>	<b>94.469</b>	<b>185.478</b>	<b>279.947</b>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(184.259)	225.701	44.021
Captações	-	225.701	228.280
Amortização do principal	(148.301)	-	(148.301)
Juros pagos	(35.958)	-	(35.958)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	179.665	(144.209)	35.456
Variações monetarias/Juros	35.456	-	35.456
Transferência para o circulante	144.209	(144.209)	-
<b>Dívida em 31 de março de 2024</b>	<b>89.876</b>	<b>269.548</b>	<b>359.424</b>

**23 Debêntures a pagar**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Debêntures a pagar	50.293	56.318
Passivo circulante	293	18.818
Passivo não circulante	50.000	37.500

As debêntures são sujeitas aos covenants financeiros medidos conforme abaixo:

Índice Financeiro	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado
	em março/2023	em março/2024	em março/2025	em março/2026
Dívida Líquida / EBTIDA	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x
Liquidez Corrente	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x
Dívida líquida / Tonelada de Cana Moída	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

O total de debêntures a pagar pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Debêntures a pagar em 31 de março de 2022</b>	<b>22.856</b>	<b>56.250</b>	<b>79.106</b>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(34.325)	-	(34.325)
Liberações	-	-	-
Amortização do principal	(18.750)	-	(18.750)
Juros pagos	(15.575)	-	(15.575)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	30.286	(18.750)	11.536
Variações monetárias/Juros	11.536	-	11.536
Transferência para o circulante	18.750	(18.750)	-
<b>Debêntures a pagar em 31 de março de 2023</b>	<b>18.818</b>	<b>37.500</b>	<b>56.317</b>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(63.900)	50.000	(13.900)
Liberações	-	50.000	50.000
Amortização do principal	(56.250)	-	(56.250)
Juros pagos	(7.650)	-	(7.650)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	45.376	(37.500)	7.876
Variações monetárias/Juros	7.876	-	7.876
Transferência para o circulante	37.500	(37.500)	-
<b>Debêntures a pagar em 31 de março de 2024</b>	<b>293</b>	<b>50.000</b>	<b>50.293</b>

## 24 Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
ICMS – parcelamento	16.222	12.780
INSS	598	435
IRRF	568	1.161
COFINS	139	183
Outros	136	87
PIS/COFINS/CSLL	85	47
PIS	25	30
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>17.773</b>	<b>14.723</b>
Passivo circulante	11.170	7.102
Passivo não circulante	6.603	7.621

## 25 Provisão para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cíveis	982	1.067
Trabalhistas	998	796
Saldo no final do exercício	<u>1.980</u>	<u>1.863</u>

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>1.145</b>	<b>404</b>	<b>1.549</b>
Provisões constituídas durante o exercício	-	392	392
Provisões utilizadas durante o exercício	(78)	-	(78)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>1.067</b>	<b>796</b>	<b>1.863</b>
Provisões constituídas durante o exercício	-	202	-
Provisões utilizadas durante o exercício	(85)	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>982</b>	<b>998</b>	<b>1.980</b>

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 413 (R\$ 127 em 31 de março de 2023). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 26 Adiantamento de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento de clientes (mercado externo)	9.009	47.004
Adiantamento de clientes (mercado interno)	34.087	1.365
Saldo no final do exercício	<u>43.096</u>	<u>48.369</u>
Passivo circulante	43.096	13.369
Passivo não circulante	-	35.000

Refere-se a adiantamentos recebidos pela Companhia para futura entrega de álcool e açúcar conforme cronograma abaixo:

Safra	2024	2023
2023/2024	-	13.369
2024/2025	43.096	35.000
<b>Total</b>	<b>43.096</b>	<b>48.369</b>

## 27 Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social está representado por 59.987.075 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (59.987.075 ações em 31 de março de 2023), pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2024		2023	
	Ações	%	Ações	%
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	58.690.306	97,84	58.690.306	97,84
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	1.296.769	2,16	1.296.769	2,16
<b>Total</b>	<b>59.987.075</b>	<b>100</b>	<b>59.987.075</b>	<b>100</b>

### b) Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações em tesouraria.

### c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

### d) Retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras.

### e) Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

**f) Remuneração aos acionistas**

O acordo de acionistas determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, após a compensação dos prejuízos acumulados.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Resultado do exercício	8.628	20.871
Compensação com prejuízos acumulados	-	(18.566)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	1.230	1.088
Reserva legal – 5%	493	170
Base de cálculo – Dividendos	9.363	3.223
Dividendos mínimos obrigatórios – 25 %	2.341	806

**28 Receita operacional líquida**

Veja políticas contábeis na nota explicativa 7.b.

**a. Fluxos da receita**

A receita operacional da Companhia é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita bruta fiscal	457.063	416.575
Impostos sobre vendas	(32.558)	(30.110)
<b>Total</b>	<b>424.505</b>	<b>386.465</b>

**b. Desagregação da receita de contratos com clientes**

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receitas operacionais:		
Mercado interno:		
Etanol	170.803	193.464
Cana-de-açúcar	10.314	-
Outras	2.975	2.985
	184.092	196.449
Mercado externo:		
Açúcar	272.970	220.126
<b>Total da receita bruta</b>	<b>457.063</b>	<b>416.576</b>
(-) Impostos sobre vendas	(32.558)	(30.110)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>424.505</b>	<b>386.465</b>

As receitas no mercado externo estão assim distribuídas geograficamente:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Açúcar		
Suíça	96.690	106.666
Inglaterra	91.744	66.987
França	84.536	39.863
Londres	-	4.034
Cingapura	-	2.575
<b>Total da receita líquida</b>	<b><u>272.970</u></b>	<b><u>220.126</u></b>

## 29 Custo dos produtos e mercadorias vendidos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Matéria prima fornecedores e própria	233.035	198.231
Combustíveis e insumos	34.686	36.736
Mão de obra	25.264	22.839
Serviços prestados por terceiros	19.680	14.612
Entressafra	14.993	14.777
Peças e acessórios	7.518	7.379
Depreciação	8.459	5.627
Outros custos	3.190	4.050
Frete	3.396	3.459
<b>Total</b>	<b><u>350.221</u></b>	<b><u>307.710</u></b>

## 30 Despesas operacionais por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fretes, transbordos e armazenagem	27.032	22.691
Despesa com pessoal	9.581	7.450
Serviços prestados	7.410	6.457
Outras despesas	4.468	3.843
Washout	270	9.536
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	116	252
<b>Total</b>	<b><u>48.879</u></b>	<b><u>50.229</u></b>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	28.419	33.190
Despesas administrativas e gerais	20.460	17.039
<b>Total</b>	<b><u>48.879</u></b>	<b><u>50.229</u></b>

### 31 Outras receitas operacionais líquidas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de Venda de Cbios	5.444	6.778
Contribuição Previdenciária a maior	977	-
Resultado na venda/baixa de ativos	500	309
Reintegra	357	244
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(418)	(336)
Crédito outorgado ICMS (i)	-	11.217
Crédito extemporâneo PIS e COFINS (ii)	-	6.890
<b>Total</b>	<b><u>6.861</u></b>	<b><u>24.276</u></b>

- (i) Crédito outorgado de ICMS conforme convênio do ICMS 116/2022.  
(ii) Levantamento de crédito extemporâneo de PIS e Cofins realizado por empresa especializada ( LPL Consultoria Tributária Ltda. ) no período de Março de 2017 a Dezembro de 2021.

### 32 Receitas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	6.017	23.288
Rendimentos com aplicações financeiras	10.170	3.119
Juros demais operações e descontos financeiros	4.739	2.779
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	15.462	8.192
Descontos obtidos	112	383
<b>Total</b>	<b><u>36.500</u></b>	<b><u>37.761</u></b>

### 33 Despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros apropriados sobre financiamentos	47.972	44.904
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	16.041	19.713
AVP - Passivo de Arrendamentos (CPC 06)	12.485	10.132
Juros demais operações	9.044	5.555
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.749	2.429
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	601	-
Custos a amortizar (CPC 08)	604	1.438
Descontos concedidos	4	165
<b>Total</b>	<b><u>88.500</u></b>	<b><u>84.336</u></b>

### 34 Variação cambial líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Variação cambial ativa	4.090	2.367
Variação cambial passiva	-	(1.264)
<b>Variação cambial líquida</b>	<b><u>4.090</u></b>	<b><u>1.103</u></b>

## 35 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
<b>31 de março de 2024</b>							
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	25.406	-	25.406	-	-
Aplicações financeiras	8	107.106	-	-	107.106	-	107.106
Contas a receber de clientes	9	-	1.246	-	2.296	-	-
Contas corrente – Cooperativa	10	-	1050	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	13	-	21.114	-	21.114	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	16.705	-	-	16.705	-	16.705
Outros ativos	15	-	3.418	-	3.418	-	-
<b>Total</b>		<b>123.807</b>	<b>52.234</b>	<b>-</b>	<b>176.040</b>	<b>-</b>	<b>123.807</b>
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	20	-	-	53.144	53.144	-	-
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	359.424	359.424	-	359.424
Debêntures a pagar	23	-	-	50.293	50.293	-	50.293
Adiantamento de clientes	26	-	-	43.096	43.096	-	-
Mútuo com partes relacionadas	14	-	-	5.922	5.922	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	5.807	-	-	5.807	-	5.807
Outras contas a pagar	15	-	-	11.720	11.720	-	11.720
<b>Total</b>		<b>5.807</b>	<b>-</b>	<b>523.599</b>	<b>529.406</b>	<b>-</b>	<b>427.244</b>

	Nota	Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>31 de março de 2023</b>								
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	131.924	-	131.924	-	-	-
Aplicações financeiras	8	905	-	-	905	-	905	-
Contas a receber de clientes	9	-	211	-	211	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	13	-	18.273	-	18.273	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	8.282	-	-	8.282	-	8.282	-
Outros ativos		-	5.559	-	5.559	-	-	-
<b>Total</b>		<b>9.187</b>	<b>155.967</b>	<b>-</b>	<b>165.153</b>	<b>-</b>	<b>9.187</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	20	-	-	37.465	37.465	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	279.947	279.947	-	279.947	-
Debêntures a pagar	23	-	-	56.318	56.318	-	56.318	-
Adiantamento de clientes	26	-	-	48.369	48.369	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	14	-	-	4.259	4.259	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	10.138	-	-	10.138	-	10.138	-
<b>Total</b>		<b>10.138</b>	<b>-</b>	<b>426.358</b>	<b>436.496</b>	<b>-</b>	<b>346.403</b>	<b>-</b>

**b. Mensuração do valor justo**

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 31 de março de 2024 e 2023, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pela Companhia.

**c. Gerenciamento de risco financeiro**

*Visão geral*

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**d. Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com Companhias de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas Companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue :

	Nota	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	132.507	131.924
Contas a receber de clientes	9	1.246	211
Conta Correntes – Cooperativa	10	1.050	-
Outros ativos		<u>3.418</u>	<u>5.559</u>
<b>Total</b>		<u><b>138.221</b></u>	<u><b>137.694</b></u>

Em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia possuía junto a instituições operações de empréstimos e financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

### **Contas correntes – Cooperativa**

Toda a receita de venda de produtos de etanol da Diana Bioenergia é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia entrega toda a sua produção de etanol. A Cooperativa, por sua vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de recebimento.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez

suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	<b>2024</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>Mais que 36 meses</b>
Fornecedores	53.144	53.144	-	-	-
Passivo de arrendamento (*)	96.345	16.172	31.033	25.078	24.062
Empréstimos e financiamentos (*)	359.424	89.876	106.948	80.181	82.420
Debêntures a pagar (*)	50.293	293	12.500	12.500	25.000
Mútuo com partes relacionadas(*)	5.922	-	5.922	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.807	1.217	846	2.074	1.669
Outras contas a pagar	11.720	3.599	3.248	3.248	1.624
<b>Total</b>	<b>582.655</b>	<b>164.301</b>	<b>160.497</b>	<b>123.081</b>	<b>134.776</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

	<b>2023</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>Mais que 36 meses</b>
Fornecedores	37.465	37.465	-	-	-
Passivo de arrendamento (*)	87.163	14.191	21.981	20.351	60.758
Empréstimos e financiamentos (*)	279.947	94.470	129.960	75.805	25.111
Debêntures a pagar (*)	56.318	18.818	23.340	20.100	-
Mútuo com partes relacionadas(*)	4.259	4.259	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.138	8.218	1.122	797	-
<b>Total</b>	<b>475.290</b>	<b>177.421</b>	<b>176.403</b>	<b>117.052</b>	<b>85.869</b>

(\*) Os valores de Passivo de arrendamento, Empréstimos e financiamentos, Debêntures a pagar e Mútuo com partes relacionadas incluem encargos projetados até o término dos respectivos contratos, distribuídos de acordo com o *aging* apresentado nos quadros.

### ***Risco de mercado***

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

### ***Risco de taxas de câmbio***

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do Hedge natural existente entre os contratos de exportação que conseqüentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o hedge natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que contempla os contratos de exportação firmados para a próxima safra. No entanto, a avaliação da necessidade da contratação de instrumentos de proteção para exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao término da próxima safra.

### ***Análise de sensibilidade***

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2024, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2024 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

	2024		Alta		Baixa	
	US\$	R\$	25%	50%	25%	50%
<b>Instrumentos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	11.198	56.585	(14.146)	(28.293)	14.146	28.293
Swap	18.167	92.296	(23.074)	(46.149)	23.074	46.149
NDFs	28.556	145.076	(36.269)	(72.538)	36.269	72.538
	<b>57.921</b>	<b>293.957</b>	<b>(73.489)</b>	<b>(146.979)</b>	<b>73.489</b>	<b>146.979</b>

### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

### ***Análise de sensibilidade***

A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

### ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

### ***Perdas por redução no valor recuperável***

Na data do balanço a Companhia possuía somente R\$ 416 a título de provisão para perdas de crédito esperadas referente a recebíveis.

### ***Risco de estrutura de capital***

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e

a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

### **Gerenciamento do capital**

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da Companhia:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Empréstimos e financiamentos	(359.424)	(279.947)
Debêntures a pagar	(50.293)	(56.318)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	132.507	131.924
(-) Aplicações financeiras	-	452
<b>(=) Dívida líquida (A)</b>	<b>(277.210)</b>	<b>(203.889)</b>
<b>Total do patrimônio líquido (B)</b>	<b>111.235</b>	<b>104.798</b>
<b>Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)</b>	<b>(2,49)</b>	<b>(1,95)</b>

### **Resultado referente aos instrumentos financeiros**

A Companhia utiliza derivativos para gestão de risco de variação cambial decorrente de suas transações operacionais de compra e venda de *commodities* em moeda estrangeira. A administração utiliza *NDFs* na estratégia de gestão do risco de variação cambial.

A administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 que afetaram a demonstração de resultado:

		<b>Valor Nocional</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Resultado de operações mantidas para negociação</b>				
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	28.556	13.549	12.311
Ajustes Mercado Termo - NDF's <i>commodity</i>	Açúcar VHP	15.904	2.112	624
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	18.167	1.044	2.686
			<b>16.705</b>	<b>15.621</b>
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	-	(601)	-
Ajustes Mercado Termo - NDF's <i>commodity</i>	Açúcar VHP	12.432	(84)	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	-	(5.122)	(8.896)
Ajustes Mercado Termo - NDF's <i>commodity</i>	Óleo diesel	-	-	(1.242)
			<b>(5.807)</b>	<b>(10.138)</b>

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de Swap de dólar, Swap de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

**Resultado referente aos instrumentos financeiros**

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados nos exercícios de março de 2024 e março de 2023 que afetaram a demonstração de resultado do exercício:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	(16.699)	(15.708)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	(2.645)	(7.115)
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	(2.134)	(8.656)
<b>Ganhos com derivativos (nota 32)</b>	<b>(21.793)</b>	<b>(31.479)</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	601	308
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	16.041	19.405
<b>Perdas com derivativos (nota 33)</b>	<b>16.642</b>	<b>19.713</b>

## 36 Compromissos

### Contrato de acordo de açúcar

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2024/2025. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

	<b>Volume (toneladas)</b>
<b>Safra</b>	
2024/2025	147.000
<b>Total</b>	<b>147.000</b>

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de março de 2024 podem ser assim determinados:

	<b>Toneladas de cana-de-açúcar</b>	<b>Valor</b>
2024	852.000	111.896
2025	639.000	83.922
2026	555.000	72.890
2027	584.000	76.699
2028	464.000	60.938
<b>Total</b>	<b>3.094.000</b>	<b>406.345</b>

### Contrato de acordo de etanol

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de etanol junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

\* \* \*

## **Composição da Administração**

### **Diretoria**

Renata Sodré Viana E. Junqueira  
Sócia Administradora / Diretora Agrícola

Leonardo de Freitas Perossi  
Diretor Adm. Financeiro

Enio Aparecido O. do Nascimento  
CRC 1SP320440/O-7  
Contador